

9 a 352

*A Cidade das Mulheres*

*Ruth Landes*

*Tradução de Maria Lúcia do Eirado Silva*

UFRJ

Reitor

Coordenador do Forum  
de Ciência e Cultura

José Henrique Vilhena de Paiva

Afonso Carlos Marques dos Santos

EDITORA UFRJ

Diretora

Editora Executiva

Editora Assistente

Coordenadora de Produção

Conselho Editorial

Yvonne Maggie

Maria Teresa Kopschitz de Barros

Cecília Moreira

Ana Carreiro

Yvonne Maggie (presidente)

Afonso Carlos Marques dos Santos

Ana Cristina Zahar

Hermano Vianna

Peter Fry

Silviano Santiago

1999.67  
2009.56e  
f

2ª edição  
Editora UFRJ  
2002



**Não fazer anotações ou grifeios  
na tinta ou à lápis nesta publicação**

Titulo original: The City of Women  
Copyright © 1947 by Ruth Landes  
Tradução da 1ª edição americana (The Macmillan Company, 1947) publicada pela Editora  
Civilização Brasileira, 1967  
Direitos para a presente edição em língua portuguesa reservados à Editora UFRJ

Ficha Catalográfica elaborada pela Divisão de Processamento Técnico – SIBI/UFRJ

L256c Landes, Ruth, 1908-1991.

A cidade das mulheres / Ruth Landes; tradução de Maria Lúcia do Eirado Silva;  
revisão e notas de Édison Carneiro - 2. ed. rev. - Rio de Janeiro : Editora UFRJ,  
2002.

360 p.; 15 x 21 cm.

Título original: The city of women

1. Feminilidade -- Aspectos religiosos -- Candomblé. 2. Religião -- Brasil -- Bahia.  
3. Candomblé -- Bahia. 4. Bahia -- Vida e Costumes. I. Título. II. Carneiro, Édison.

CDD 299.673

ISBN 85-7108-244-8

Capa

Victor Burton

Foto da Capa

Pierre Verger, *Retratos da Bahia*, Editora Corrupio, 1980

Edição de texto e Revisão

Maria Teresa Kopschitz de Barros

Projeto Gráfico e Edição Eletrônica

Ana Carreiro

Digitação

Claudia Senra

Foto da Capa da 1ª Edição

Marius Lauritzen Bern

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Forum de Ciência e Cultura

Editora UFRJ

Avenida Pasteur, 250 / sala 107

Praia Vermelha – CEP 22295-900

Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 2295-1595 ramal 111, 124 a 127

Fax: (21) 2542-3899

E-mail: editora@editora.ufrj.br

http://www.editora.ufrj.br

Apoio



Fundação Universitária  
José Bonifácio

As fotografias desta edição  
MUSEU NACIONAL  
Nacional Antropológica Arch

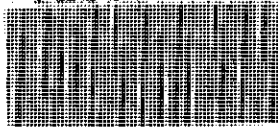
DEP. DE HISTÓRIA E ETNOLOGIA

BIBLIOTECA

Nº REG.

13705

720002300



Smithsonian Institution Na-  
tional Study of Man e pela Ciência

## Sumário

# DIVULGAÇÃO

Prefácio	9
Apresentação	23
Nota à 1ª edição brasileira	31
Prólogo	33
A cidade das mulheres	35
<i>Anexos</i>	
Aspectos particulares	317
Matriarcado cultural e homossexualidade masculina	319
O culto fetichista no Brasil	333
Escravidão negra e status feminino	347

Proibir não fazer anotações ou grifar  
a tinta ou a lápis nesta publicação

## Prólogo

O material para este livro foi colhido durante uma pesquisa antropológica de campo na Bahia e no Rio de Janeiro, em 1938 e 1939, generosamente apoiada pelo Conselho de Pesquisas em Ciências Sociais da Universidade de Colúmbia e dirigida pelo Departamento de Antropologia da Universidade. Muitas pessoas, de diversas maneiras, ajudaram, de todo coração, com orientação, conselhos e críticas indispensáveis. Nos Estados Unidos a dra. Ruth Benedict e o dr. Franz Boas, da Universidade de Colúmbia, já falecidos, deram-me simpatia e apoio seguros. Igualmente amáveis e instrutivos foram o dr. Charles S. Johnson, o dr. e a sra. Donald Pierson, o falecido dr. Robert E. Park, da Universidade de Fisk, o falecido sr. Walter White, da Associação Nacional para o Progresso dos Homens de Cor, a dra. Margaret Mead, do Museu Americano de História Natural. Os srs. Morris Ernst, Alexander Lindey e Drew Pearson proporcionaram-me valiosas apresentações.

No Brasil, todas as pessoas que encontrei ensinaram-me muito. Os meus constantes tutores, sem os quais me perderia – e cuja indulgente paciência sempre recordarei – foram o etnólogo dr. Édison Carneiro, os eminentes missionários dr. e sra. Hugh C. Tucker, d. Heloísa Alberto Torres, então diretora do Museu Nacional, d. Dina Venâncio, que me ensinou português, e minhas amigas particulares no Rio, srta. Isabel do Prado, sra. Kate di Pierri e srta. (hoje sra.) Maria Júlia Pourchet. Além disso, mantive, na Bahia, valiosas conversações com o dr. Nestor Duarte, que então estudava o papel das mulheres negras na história brasileira; com o dr. Hosannah de Oliveira, notável especialista em doenças infantis; com o cônego Manuel Barbosa, líder de pensamento liberal; com o jovem e

talentoso poeta dr. Áidano do Couto Ferraz; com o cônsul americano Robert Janz e sua equipe, em especial George Hasselman; com o missionário Peter Baker; com todas as outras pessoas mencionadas no livro e com algumas outras que preferem não ser mencionadas.

O Brasil me deu uma compreensão totalmente inesperada da facilidade com que diferentes raças poderiam viver juntas, de maneira civil e proveitosa. Assim, quando regressei ao meu país, passei a encará-lo com um espírito crítico novo. Mais tarde, trabalhando durante os anos de guerra na equipe do Comitê Presidencial de Práticas Equitativas de Emprego, e vivendo por algum tempo no Deep South, senti-me como perdida ante os intermináveis casos de "conflito racial" que eram de minha atribuição. Finalmente, após seis anos, voltei às minhas recordações de harmonia do Brasil. Este livro acerca do Brasil não discute problemas raciais ali — porque não havia nenhum. Descreve, simplesmente, a vida de brasileiros de raça negra, gente graciosa e equilibrada, cujo encanto é proverbial na sua própria terra e imorredouro na minha memória.

R. L.

1

Pouco antes da Segunda Guerra Mundial, a Universidade de Colúmbia me enviou ao Brasil para realizar uma pesquisa antropológica sobre a vida dos negros naquele país. Ouvíamos contar que a sua grande população negra vivia fácil e livremente em meio à população geral e queríamos conhecer pormenores. Desejávamos, também, saber de que forma a situação inter-racial diferia da nossa, nos Estados Unidos. Tratava-se de um projeto sociológico que excitava a imaginação de poucas pessoas. Somente um ano mais tarde o impacto da guerra fez do negro e dos seus problemas parte do noticiário cotidiano.

Sabíamos muito pouco acerca do Brasil por essa época; entre os meus colegas havia o sentimento geral de que eu estava sendo mandada ao extremo do tabuleiro do mundo, de onde somente a sorte me pouparia de cair. Tensamente, eu considerava as precauções recomendadas. Inocularam-me cinco ou seis soros, iguais aos ministrados, alguns anos mais tarde, às tropas combatentes no Pacífico. Comprei muitos vestidos e sapatos, porque tínhamos a noção de que lá não poderiam ser comprados. Enchi uma mala inteira com sabonetes e outros artigos de toalete, de modo que, mais tarde, os guardas aduaneiros no Rio deram tratos à bola para saber se cobriam ou não a taxa regularmente arrecadada sobre mercadorias comerciais; e só abandonaram essa idéia quando os convenci a verificar a minha carta de apresentação à Divisão Internacional de Saúde da Fundação Rockefeller. Fui instruída na conduta apropriada a jovens senhoras em país latino.

Grande parte dos nossos conhecimentos sobre o Brasil, naquele tempo, estava longe de ser tranquilizadora. A Região Amazônica era um

“inferno verde”, de acordo com um romancista inglês; a enorme selva entre o Planalto Oriental e os Andes, chamada Mato Grosso, era uma terra onde índios bravios erravam, matando os brancos. Apenas o general Rondon penetrara esses domínios selvagens, a fim de dirigir a construção de linhas telegráficas. O litoral era a zona mais segura, com uma população densa vivendo em grandes cidades. O presidente Vargas se fizera ditador, liquidando, da noite para o dia, todas as instituições democráticas: eleições populares, congressos federal e locais, imprensa livre, sindicatos livres, reuniões públicas livres. Algumas revistas e jornais norte-americanos noticiavam como a oposição era perseguida, os seus membros denunciados como “comunistas”, forçados a se esconder ou exilar, às vezes presos, às vezes torturados.

Quanto ao povo, o mundo não-político, praticamente nada sabíamos. Não possuía o fascínio e a simpatia associados ao México e às Antilhas. O Rio de Janeiro estava a 4 mil milhas marítimas do porto de Nova York — distância enorme antes da Guerra, como o indicava o preço da passagem. Do fundo da nossa mente espiavam os estereotipados rostos escuros de sul-americanos, que O. Henry nos apresentara, uma geração antes, em sátiras arrasadoras. E a língua portuguesa do Brasil, bastante diferente do espanhol e falada apenas naquele país entre todos os da América Latina, dificultava ainda mais a nossa simpatia. O último contato de importância entre a nação americana e o Brasil se dera durante a Primeira Guerra Mundial, quando a Marinha estacionara navios na Bahia e no Rio; mas nem mesmo as lembranças desse período permaneciam.

Especialistas tinham ido ao Brasil, como acontecia comigo daquela vez, e escrito informes excelentes nos campos da geologia, da engenharia e da história. Esses livros, pouco divulgados, estavam recolhidos a umas tantas bibliotecas de regiões distantes do país, em benefício de um punhado de estudiosos. Assim, quando eu, como pesquisadora da Universidade de Colúmbia, tentei obter informações sobre o Brasil nas magníficas bibliotecas da cidade de Nova York, na verdade quase nada encontrei. As fontes eram incrivelmente restritas.

Mais ou menos por essa ocasião soube que a Universidade de Fisk, escola de negros de Nashville, Tennessee, possuía a melhor coleção de livros e material diverso sobre o assunto, a leste do Mississipi. De fato, alguns membros do corpo docente haviam dedicado anos de pesquisa em centros da raça negra no Brasil. Soube-o por acaso, numa festa, e quase tão casualmente fui convidada pela Universidade a ensinar, estudar a coleção e “acostumar-me com os negros”, antes de partir para a sombria e verde terra ao sul do Equador.

Oito anos já se passaram<sup>1</sup> e hoje parece incrível que a distância entre as raças no nosso país fosse tão grande a ponto de justificar a minha estada durante um ano entre negros, apenas por ser branca e, portanto, precisar acostumar-me com eles. Retrospectivamente, parece surpreendente que eu tenha sido enviada a outro país para estudar a operação da sua política racial, com base na simples suposição de que a coexistência pacífica de dois tipos físicos de homem requer dispositivos reguladores especiais. Acho que o cônsul brasileiro também se surpreendeu, quando estive no seu escritório em Nova York para obter o meu visto e expliquei esse propósito.

— Negros! — Exclamou. — Por que você deve *estudá-los*? Não são diferentes dos outros cidadãos do meu país!

E pediu para ver a minha ficha-policial.

Mas, nos Estados Unidos, os negros eram considerados, mesmo pelos liberais e pelos homens de ciência, como uma espécie de tribo — não a mesma dos homens brancos, não a mesma dos homens modernos. Relembro como isto estava cristalizado em mim, dez ou doze anos antes, quando me ofereceram a oportunidade de realizar uma pesquisa antropológica numa *reservation* de índios americanos ou entre negros.

Fui, então, para Fisk. Era ousadia, não porque a escola fosse sulista, mas porque era de negros. Havia a tradição do Tennessee de Jim Crow e

<sup>1</sup> Este livro surgiu em 1947. (Nota de Édison Carneiro).

de linchamentos ocasionais, com o sinistro acompanhamento de ódio, piedade, horror, histeria. Criada na rebelde Nova York, treinada na provocativa dialética da minha ciência que declara serem todas as raças igualmente humanas, e nesse sentido iguais, cheguei à estação de Nashville preparada para a controvérsia. Veio ao meu encontro o chefe do departamento no qual eu deveria trabalhar — um professor negro de reputação internacional, de fala suave e irônica. Notei que estava tenso e alerta. Naqueles dias, era uma experiência extravagante para brancos e negros trabalhar como iguais, num campo profissional; e somente agora, enquanto escrevo, compreendo perfeitamente com que habilidade aquele professor conteve a efervescência de um caldeirão borbulhante.

Acostumei-me aos negros, como se esperava que acontecesse, mas de maneira imprevista e extenuante. Os negros da Universidade — os meus superiores e colegas do corpo docente, os meus alunos, a maioria deles de origem muito humilde — sentiam-se irritados e autoconscientes quanto à sua posição na América e talvez se tenham aborrecido ainda mais ao me verem e aos dois ou três outros instrutores brancos trazidos da Universidade de Colúmbia. Nós, os nortistas, éramos tão inocentes e entusiastas! Os negros nos ensinaram algo sobre os estilos raciais do Sul, como os haviam aprendido, com medo e desconfiança, e de um modo ou de outro logo me fizeram ver que seria melhor não pretender agir como uma igual, dentro de uma equação honesta de raças e classes, mas como uma patroa bem educada segundo os padrões clássicos. Assim haveria menos sofrimento para todos. O Sul, acreditavam eles, corrompe todos os que lá chegam.

Não era isso o que os meus companheiros tinham em mente quando instaram por que me preparasse para estudar os negros do Brasil vivendo entre os negros da Universidade de Fisk. Os intelectuais de Nova York não conhecem o Sul e sempre se sentem chocados a um breve contato com aquela região. Por outro lado, os meus amigos negros do Sul jamais haviam experimentado a ausência do obsessivo pensamento em termos de raça que distingue o Brasil.

— Vocês, os brancos, vêm aqui nos ensinar — disse-me, confidencialmente, um excelente estudante de cor de Fisk — porque não podem

obter emprego numa escola branca respeitável. Estão nos explorando. Se fossem realmente competentes na sua profissão, seriam contratados por uma escola branca.

Esta afirmativa desafiadora, carregada de desconfiança até mesmo para com simpatizantes brancos, era peculiarmente norte-americana. Como eu deveria entender mais tarde, nada tinha a ver com as atitudes da raça negra no Brasil.

A viagem marítima para o Rio foi longa — doze dias calmos e luminosos de abril sobre o Atlântico. Latino-americanos de diferentes nacionalidades voltavam aos seus lares. Um argentino de Buenos Aires, produtor da nova indústria cinematográfica do seu país, demonstrou-me como o seu grupo estava aprendendo bem uma espécie norte-americana de intolerância.

— Você vai para o país dos macacos! — exclamou, com escárnio e desapontamento, quando eu disse que planejava passar cerca de ano e meio no Brasil. — Ora, são todos pretos, atrasados como na África.

Surpreendi-me com a sua veemência, pois, então, estávamos menos familiarizados com as ideologias da Argentina.

— Você os encontrará balançando-se nas árvores, suspensos pelo rabo — continuou. — Seria melhor ir à Argentina, onde estão os brancos.

Lembrando a minha experiência na Universidade de Fisk, tentei ser razoável. Disse-lhe: — Talvez você mudasse de opinião se chegasse a conhecer um negro amável, bem educado. E alguns têm a pele tão clara quanto eu... É bem possível que você não os reconhecesse!

Ele me olhou de alto a baixo. — Então, você é uma negra...! — disse em tom desconcertado e surpreendido, sem que eu me preocupasse em corrigi-lo. — Mas posso acreditar — acrescentou — e sinto não poder vê-la no Rio.

Deixou-me um bilhete, ao desembarcar, dirigido a “minha querida Negrita”.

Ao chegar ao Rio, eu precisava apresentar-me a altos funcionários do governo e da polícia federal, a fim de provar a minha identidade e a inocência política dos estudos propostos. O governo receava espíões, na ocasião, e todas as pessoas suspeitas eram atormentadas como “comunistas”. Um professor do Norte do Brasil, muito conhecido, de excelente família, mas de política adversa, foi rotulado de “comunista”, com a explicação oficial de que estudara no Teachers College da Universidade de Colúmbia, e atirado na prisão. E agora lá estava eu, da Universidade de Colúmbia. Aconselharam-me a não “falar”, a não discutir a política brasileira, nem o governo ou os princípios democráticos, nem a Rússia, nem o comunismo, nem figuras públicas como o presidente Roosevelt; não fazer perguntas, não bater fotografias, não conversar com a classe inferior, que poderia estar descontente por causa da inflação e da insegurança política geral.

Finalmente, fui apresentada a um notável ministro do governo,<sup>2</sup> de reputação internacional, merecidamente respeitado pela sua lealdade às nações democráticas e aos seus princípios. Era um homem alto e simpático, louro, natural do próspero e europeizado estado do Rio Grande do Sul, perto da Argentina. Entreguei-lhe uma carta de amigo comum de Washington.

— Seja bem-vinda! — disse-me, com um sorriso amável, apertando-me a mão.

Ofereceu-me uma poltrona ao lado da sua escrivaninha, no seu enorme e arejado escritório, que dava para um delicioso pátio cor-de-rosa, onde uma fonte central flocava ao sol, atirando um jorro d'água no ar.

— Esta carta diz que a senhora não é um desses repórteres sensacionalistas. Ótimo. O Brasil precisa ser corretamente conhecido. Espe-

<sup>2</sup> Osvaldo Aranha. (Nota de É.C.):

cialmente a sua situação política, e, uma vez que vai estudar os negros, devo dizer-lhe que o nosso atraso político, que tornou esta ditadura necessária, se explica perfeitamente pelo nosso sangue negro. Infelizmente. Por isso, estamos tentando expurgar esse sangue, construindo uma nação para todos, “enbranquecendo” a raça brasileira.

Isto deixou-me um tanto confusa e perturbada.

Eu estava dolorosamente atordoada naqueles dias. A maneira pela qual a vida estava arrumada em Nova York, em Nashville e no Rio de Janeiro variava como diferentes mundos em diferentes planetas. No Rio eu estava na orla do mundo que conhecera. O clima e o povo, os sons e os olores eram estranhos, discrepantes, hostis. Mas a principal dificuldade era o meu desconhecimento da língua.

Suponho que somente um norte-americano pode sentir-se impaciente ante a necessidade de aprender uma nova língua, de memorizar regras e exceções gramaticais, de captar as expressões idiomáticas que realmente fazem de alguém um cidadão daquele universo. A impaciência me dominava, mas, obviamente, nada seria possível se não me tornasse capaz de usar o português. É indizível esta impotência de não ter uma linguagem, uma fala humana. Não se pode transmitir nem receber coisa alguma, o pensamento fica paralisado e todas as nossas intuições falham. O esforço de aprender a falar, a urgência de compreender tumultuam o cérebro, a tal ponto que, às vezes, eu pensava, estupefata, na engenhosidade dos primitivos ancestrais humanos que se preocuparam com a invenção da linguagem falada.

Passei, pois, três meses no Rio, adquirindo, como podia, a intrincada e idiomática linguagem e aprendendo também a linguagem que não é de língua, mas se exprime pelos dedos e pelas mãos, até mesmo por movimentos ondulantes dos braços e dos ombros, pelo brilho do olhar e por muitos movimentos sutis que se desenham levemente sobre um rosto e dão cor às tonalidades da voz. Tudo isto forma o cidadão do Rio, a personalidade especial do carioca, e foi a ponte através da qual penetrei na vida ainda mais estranha e mais remota da cidade nordestina da Bahia, onde planejava concentrar os meus estudos.

A Bahia foi, desde o começo, o meu objetivo. Grande porto de mar, capital do rico estado da Bahia e, outrora, capital do país, sempre desempenhou um papel decisivo nos negócios internos e externos do Brasil. Por causa da antiga escravidão e da sua rica economia agrícola, possui uma densa população negróide. Também a possuem outros estados do Nordeste, mas a Bahia é conhecida pela qualidade excepcional da vida folclórica dos seus negros. O que os negros fazem na Bahia é “típico” do Brasil. Os versos e as melodias por eles compostos e inspirados, o seu modo de cantar, os tipos de orquestração, as danças, os esportes, diversões, alimentos, bebidas, vestuário, literatura, o Carnaval que dura meses, as formas de culto religioso, até mesmo a personalidade e a beleza física das mulheres são parte preciosa do Brasil. Da Bahia vêm as formas e os símbolos a que se apegou o chauvinismo nacional. Mais tarde, Carmem Miranda levou-os à Broadway e a Hollywood. Heitor Vila-Lobos apresentou-os em harmonia e temas melódicos, no Carnegie Hall. Cândido Portinari pintou os ecos cariocas dessa vida, que o Museu de Arte Moderna de Nova York exibiu após o encerramento da mostra da Feira Mundial. Os negros da Bahia inspiraram uma literatura rica e variada, motivaram cientistas e romancistas. Os jornais tratam das suas atividades como coisa normal. Os cientistas sociais do Brasil se dedicam a esses cidadãos negros tão completamente como os seus colegas mexicanos o fazem com os índios, com o mesmo caráter de apreciação lisonjeira e de expiação do passado.

Assim, parti para a Bahia, e pela primeira vez nessa exploração através de diferentes mundos de idéias estava conscientemente pouco à vontade. E o estava porque já aprendera o suficiente para compreender que não tinha ponto de referência, nem teoria ou crença a sustentar ou demolir. Sabia, porém, que nunca mais deveria ser tão ingênua quanto à linguagem de “igualdade racial” como quando cheguei a Nashville. Lá, um homem poderia ser torturado e morto pela sua cor física. No Brasil, isso só poderia acontecer pela sua cor política. Mas podia acontecer e, assim, a questão não era “segurança ou liberdade”, apesar da diferença dos termos. Em Nashville, um negro poderia chegar ao *college*, mas a sua

alma estaria sempre doente. Na Bahia, todo negro podia andar de cabeça erguida, dizia-se, mas no Rio achava-se graça (ou fingia-se fazê-lo) dos seus modos africanos. A gente do Rio, em particular — mas não os eruditos —, me preveniu contra os grupos de cultos herdados da história africana do seu povo. São chamados *candomblés* na Bahia e *macumbas* no Rio, variando a terminologia devido às diferentes línguas africanas que antigamente se falavam nessas cidades. Espalhavam-se histórias de arrepiar os cabelos de feitiçaria praticada por esses grupos, levando à loucura, à violência e à morte. A Bahia era a Meca de tudo isso; e assim a cidade era às vezes chamada “A Mulata Velha”.

— Você precisa mesmo ir? — gemeu a minha professora brasileira.

Contorceu o rosto jovem e simpático, simulando horror, e depois riu, citando uma canção: — A Bahia é boa terra; ela lá e eu aqui.

— Uma mulher branca, sozinha, lá? — disse um americano da Geórgia, em tom reprovador. — Você sabe o que os negros farão.

Não pude partir antes de ser liberada pelo Ministério da Agricultura e obter aprovação militar. Eu era uma estrangeira, na verdade indesejada, mas tolerada por me ter identificado como “cientista”, que não buscava emprego pago, antes gastaria dinheiro. Esperava-se que eu entrasse em contato com as autoridades da Bahia e, como deixei de fazê-lo — pensando que as cartas amáveis eram simples cartas de apresentação a serem usadas apenas em caso de necessidade — a polícia secreta foi notificada e eu fui seguida constantemente e afinal recebi ordem de sair da região. Mas isto se deu meses mais tarde.

Esta bem-intencionada pesquisa de relações raciais não podia furtar-se ao fragor dos tempos. Naturalmente que não, pois as ideologias fascistas eram apenas versões mais novas de amplas motivações que se haviam cristalizado, no nosso país, como intolerância racial. O Rio era uma área de *dumping* para mercadorias alemãs, italianas e japonesas, e o Brasil figurava entre os muitos países sul-americanos atraídos por acordos comerciais fáceis, e propícios, com as nações do Eixo. Em consequência, transatlânticos do Eixo atulhavam o imenso porto do Rio e proporcionavam



aos passageiros um serviço de cabotagem muito mais eficiente do que o fornecido pelas frotas de outros países ou do próprio Brasil. Eu poderia ter viajado de avião para a Bahia, mas era incomparavelmente mais econômico embarcar num navio alemão. Ao subir o portaló do limpo e belo navio, passei pelos seus oficiais elegantemente vestidos que saudavam os amigos com um rápido "Heil Hitler!". O Exército do Reich acabava de anexar a Áustria e dezenas de grandes famílias alemãs tinham vindo do estado agrícola de Santa Catarina, no Sul, e comprado passagem para a Grande Alemanha. Enxameavam por toda parte e falavam com franqueza da necessidade econômica de expulsar os judeus — talvez os judeus pudessem tomar o seu lugar no Brasil; cantavam, dançavam, saboreavam a excelente comida e a música durante as refeições e sentiam-se incrivelmente felizes por deixar o Brasil, que lhes dera um lar e sustento por muitos anos. Para eles, o Brasil era uma terra híbrida, brutal — e Hitler os salvara dela.

PRECISO dizer que me sentia insegura e confusa? A minha pesquisa antropológica encontrava-se agora privada da segurança, da santidade da torre-de-marfim. Eu deixara a minha terra democrática, de língua inglesa, com as suas leis fidedignas que permitiam a uma cientista branca estudar, com toda dignidade, a prolongada mas incruenta batalha das raças; eu a deixara para o país de um ditador, cuja língua difícil e cujos costumes desagradáveis — pois as mulheres eram tão cerceadas nos seus movimentos quanto a oposição política — me faziam sentir desorientada e desesperada, como se estivesse na selva; e, além disso, de repente via-me frente a frente com pessoas que davam voz a crenças nazistas e embarcavam para lutar por elas. O meu treinamento em ciência pura não me preparara para tais acontecimentos (acho, entretanto, que muitos jovens americanos honestos também estavam mal preparados então, mesmo aqueles que insistiram em combater na Guerra Civil Espanhola) e eu imaginava, um tanto alarmada, o que aqueles nórdicos diriam ou fariam se soubessem que a obra científica do meu mestre<sup>3</sup> fora lançada às chamas nas primeiras fogueiras de Heidelberg.

<sup>3</sup> Franz Boas. (Nota de E.C.)

O comissário-de-bordo examinou cuidadosamente os meus papéis. Eu olhava, desolada, os retratos oficiais de Hitler nas paredes. Aquela face me infundiu horror àquela cilada flutuante e uma frenética ansiedade pela hora de escapar para a Bahia. Hitler já invadira dois países europeus, mas eu não imaginava que viesse encontrar as suas forças e os seus símbolos no Hemisfério Ocidental. Quando terminou, o comissário apertou-me a mão e disse com simpatia: — Por Deus! Entristece-me ver a senhora na Bahia com todos aqueles negros! Quando acabar o seu trabalho, vá à Alemanha. Precisamos de gente boa como a senhora.

Era de manhã cedo, num domingo quente, de céu claro, e a cidade de dois andares da Bahia — a Cidade do Salvador — estendia-se branca e ofuscante acima das águas. Estivadores negros se aglomeravam nas docas, esperando o navio atracar. Senti-me completamente suspensa no espaço, no tempo, nos pensamentos. Quão longe, quão longe estava isto dos livros, da biblioteca e mesmo das salas de aula de Fisk!

2

Não era fácil viver na Bahia. Quero deixar claro este ponto e dizer que quase tudo ali era difícil. Como "Alice no país das maravilhas", eu chegara àquela terra exuberante, de colorido dramático, sem consciência da minha própria personalidade, da diferença constante entre ela e as outras. A mulher norte-americana moderna é um fenômeno estranho e incômodo num ambiente daqueles. Nos meses seguintes entendi-o um pouco, ao observar turistas passeando pela cidade.

Na Bahia, velhas tradições ganhavam ameaçadora vida diante de mim. Para começar, não havia possibilidade de alojamento ou diversão para uma moça solteira, desacompanhada, sem família e independente. A minha pele clara e saúde atlética destoavam naquela cidade tropical, de gente de compleição escura. Os meus bons vestidos eram demasiadamente bem talhados, assexuados, indiferentes. E os sapatos! Não me embaraçava o fato de serem maiores do que os de qualquer outra pessoa; mas, de vez em quando, o seu estilo se tornava muito incômodo. Por exemplo, eu tinha um lindo par de sapatos de laço, de couro preto e canurça, do estilo chamado *ghillies* nas lojas da Quinta Avenida. Achava-os cômodos e bonitos. Certa noite, porém, por volta das 11 horas, uma jovem, que passava na rua com um vestido de cauda, pôs os olhos em mim, parou, fitou-me e de repente começou a gritar. Eu sumi, depressa. No dia seguinte, soube tratar-se de uma prostituta devidamente autorizada, que deveria ter percebido não ser eu do seu tipo, mas temera que fosse uma competidora no seu campo de ação, porque os meus *ghillies* se assemelhavam aos sapatos usados na sua profissão!

Assim que cheguei, travei conhecimento com membros da pequena colônia norte-americana, que levavam uma vida irritada e aborrecida nos altos mais bonitos e arejados da cidade. Vinham do Texas, de Oklahoma e da Geórgia e obedeciam a normas rígidas nas relações com "nativos", "negros", "ralé" e judeus. Foi o meu primeiro contato com um grupo assim — e eu estava vulnerável. Os casais se separavam por infidelidade e por excesso de lazer e ociosidade. Por outro lado, o grupo, como um todo, estava ligado pelas intimidades resultantes da tristeza, das paixões e das afeições fugazes, e pela proteção vital que cada qual prometia contra a solidão total. O conjunto importava intensamente, ninguém importava pessoalmente; e certos acontecimentos posteriores demonstraram-me que não tinha qualquer espécie de lealdade, seja para com a família, com o país ou com os amigos. Alguns contaram-me histórias sobre as suas próprias pessoas, às vezes pormenorizadamente, às vezes em fragmentos, às vezes com franqueza; e, em certa ocasião, preveniram-me de que, sem a menor intenção de minha parte, eu era a terceira figura num trio amoroso. Lembro com carinho, porém, de uma senhora de uns 25 anos, graciosa e inteligente, que animava aquela colônia macabra como uma rosa silvestre numa vinha. Mas até mesmo ela sentia-se atingida pelo tédio tropical, desesperadamente infeliz na Bahia, desesperadamente aborrecida com o seu casamento, com um desesperado sentimento de culpa quanto aos seus desejos de fuga. A modo de se castigar, contou-me como procurava desencaminhar outras pessoas, a fim de ter companhia na sua solidão. Depois, trouxe-me flores do campo para apagar a lembrança da sua disposição de ânimo.

Nenhuma dessas pessoas se interessava pela vida da Bahia, pelas grandes transações agrícolas, pela atarefada navegação, pela prospecção de petróleo, pelas famosas escolas superiores, pelas ruidosas feiras e mercados, pela colorida vida folclórica à sua volta. Tinham um completo desprezo pelo ambiente, tão amargo e fútil que chegava a adoecê-los fisicamente. Era possível vê-los murchar, de mês para mês.

— Estou parado neste imprestável buraco — dizia-me o jovem cônsul texano — por causa da aposentadoria. Mas apenas vegeto de um ano para

outro. Vivo para o dia em que possa me aposentar e voltar à civilização. Não posso esperar até os 40 anos.

Todos bebiam demais para o clima; sonhavam com o adultério; e, com exceção da minha encantadora amiga, ninguém se preocupava em aprender português ou fazer amizade com os “nativos”. A colônia britânica era um pouco mais bem ajustada e os alemães realmente casavam e viviam entre os baianos.

Os meus patrícios me condenavam porque não me associei ao Iate Clube, nem me juntei ao seu círculo. Eu não poderia estar com eles, pois isso perturbaria a paz conjugal. Não havia casas ou apartamentos que eu pudesse alugar. Aluguei, então, um quarto no melhor hotel da cidade.

Esta frase devia ser incrustada de estrelas vermelhas e douradas. Porque as mulheres decentes — outra frase a incrustar — não devem viver desse modo nas regiões obedientes à tradição no Brasil. E assim apareceu uma leve nuvem no meu horizonte político, a qual, nos últimos meses, escureceu e cobriu todo o céu. Como soube mais tarde, eram mulheres de certo estofado, embora de classe alta, que viviam sozinhas em hotéis, vindas em bando do Rio, por causa dos muitos oficiais das tropas federais então no Nordeste. Parecia-se admitir, todavia, que eu não era uma mulher assim e se esperava que eu tivesse um marido, um amante certo, uma dama de companhia. Mas, nos meses seguintes, não apresentei nada disso. Foi então que se decidiu, parece, que, como eu vinha da Universidade de Colúmbia e estava em contato com membros de Congregações de escolas superiores da Bahia — muitos dos quais tinham sido exilados ou detidos em diferentes ocasiões por oposição política a Vargas — e dedicava minha atenção à gente negra nos arrabaldes abandonados, eu devia ser uma espia de Moscou. A polícia secreta observou-me durante meses, três vezes por dia, mas não tomei conhecimento disso por muito tempo e, quando o soube, já completara os meus estudos. O cônsul americano parecia concordar com a polícia da Bahia, e assim me vi obrigada a recorrer ao cônsul britânico e isso também contribuiu para confundir a minha antiga admiração pelos direitos do cidadão sob a bandeira dos Estados Unidos.

Em especial quando, ao escutar um negro falar inglês no cais, lhe perguntei, com prazer: — Oh, você é de Chicago?

— Que lhe importa? — retrucou. — Estou no Brasil agora, e sou livre!

Assim desfiz as malas no hotel, onde fiquei cerca de um ano, com os olhos de gavião do jovem e suave gerente alemão constantemente sobre mim. Se ele não era um nazista, o garçom da sala-de-jantar era, e o dominava. Esta impressão se robusteceu, sobretudo quando o garçom, nédio e mal-encarado, se tornou íntimo do alto e garboso coronel das tropas federais, e os dois me espionavam sorratamente, logo que um negro ia buscar-me para um passeio pelos arrabaldes. Havia olhares e murmúrios por toda parte e medo — sim, medo por toda parte. Ocasionalmente, corria a notícia de que um conhecido do ensino superior fora arrastado para a cadeia, perto da praça da cidade, ou de que um candomblé fora invadido por suspeita de dar refúgio a um inimigo político e, finalmente, até eu mesma recebi telefonemas misteriosos. Talvez isso significasse que eu fazia parte, agora, do mundo em que me precipitara; mas não era divertido. Não. E, de certo modo, era uma experiência inútil, pois nada provava quanto a relações raciais.

Ainda que como a ingênua Alice, fiz alguns amigos. Cartas de apresentação de eruditos da Universidade de Fisk e do Rio de Janeiro levaram-me em particular a um jovem etnólogo baiano, chamado Édison Carneiro. O dr. Édison tinha apenas 27 anos, mas o número e a originalidade dos seus estudos sobre o negro brasileiro e os candomblés e a solidez da sua reputação faziam-me esperar um homem muito mais idoso. Por outro lado, 27 anos significam maturidade muito mais adiantada no Brasil do que nos Estados Unidos — e Édison já estivera homiziado e preso por causa da sua oposição a Getúlio Vargas e devia ser preso novamente, durante a minha permanência.

Pareceu-me significativo que Édison fosse um mulato, da cor trigueira chamada parda no Brasil. Era significativo porque as cartas de apresentação vinham de colegas brancos, que não haviam mencionado a sua raça ou cor. Para eles isso não importava. Aceitavam-no pelo seu

provado valor como jornalista e como erudito. Em momento algum percebi, de sua parte, qualquer preocupação especial com a minha raça.

Vinha de família pobre mas boa, qualificada de fidalga. O pai, de tez clara, era professor de engenharia, aposentado, de ótima reputação por trabalhos originais. A tia parecia índia e era diretora de uma escola. Um dos tios era juiz. Um irmão mais velho era advogado conhecido. Uma das irmãs mais moças era ruiva, a outra morena, e ambas estudavam para serem professoras. Era o tipo de família às vezes chamada de “negros brancos”, por muito respeitada. Não, não ligava a raça a assuntos pessoais ou sociais, pois planejava, então, uma viagem pelo Sul dos Estados Unidos, para estudar as condições locais. Quando lhe disse: — Não, você não pode fazer isso — ele protestou: — E por que não? — insistiu. Tive de explicar: — Lá existe o Jim Crow e eles o incomodarão com o pretexto da sua cor. — O seu rosto se contorceu como se eu o tivesse chicoteado sobre os olhos. Pensei, agoniada, que um americano não devia ter de fazer tais coisas a outros seres humanos.

Édison empreendia as suas próprias pesquisas de campo entre os negros, colhendo material para o jornal que o contratara como repórter e para o novo livro que projetava escrever. De modo que concordamos em fundir os nossos recursos, os nossos conhecimentos, o nosso tempo, as nossas observações. Preciso dizer que a devedora fui eu? Na verdade, a sua companhia convenceu a polícia de que eu era politicamente culpada; mas, naquela terra, onde a tradição trancava as mulheres solteiras em casa ou as lançava à sarjeta, eu teria sido incapaz de me locomover, a menos que escoltada por um homem de boa reputação. E ali estava ele. Além do mais, para os negros era a melhor garantia possível de que eu não era uma espia da classe alta, nem uma simples enxada; e, até certo ponto, ele anulava o mal-estar que sentiam na presença de estrangeiros. Ainda que eu não fosse tão obviamente uma gringa (— O rosto dela é branco como um lençol — diziam as crianças, arregalando os olhos. — É por isso que ela fala gringo), os negros teriam hesitado em falar comigo sozinha, para meu próprio bem. Uma mulher deve ser extremamente jovem ou muito velha

para estar à vontade naquelas partes do Brasil. Mas Édison, que vivera entre eles toda a sua vida e os descrevia na imprensa diária, apresentava-me e era considerado o meu “protetor”.

3

Na Bahia há alegria de viver, alegria tangível como as jovens palmeiras que emolduram igrejas nas colinas e ascendem negras e vívidas contra o horizonte incandescente. Era o que eu sentia certas manhãs no meu quarto de hotel, quando o som de música distante ecoava ao longo das ruas estreitas e me despertava para a luminosidade das 5 horas. Sentia-o quando perambulava pela cidade e passeava nos bondes abertos, vendo meninos de pé-no-chão, calça curta e imensos chapéus-de-palha apregoando doces e jornais em cestas que traziam nos braços; olhando negros descalços ou de ruidosos tamancos, subindo e descendo, ao lado dos seus burricos, as íngremes ruas calçadas de pedras redondas; observando negras, com vestidos muito armados de algodão, andando de pés nus ou com pequenas sandálias para muitos destinos ignorados, parando a todo momento para sorrir e tagarelar com os conhecidos. Havia algo naquele fluxo de transeuntes apressados nas ruas limpas e ensolaradas ou descendo os superlotados elevadores ao ar livre que ligam a Cidade Alta à Cidade Baixa, algo que convencia a mim, uma estrangeira, de um grande bom-humor. Sentia que era bom estar entre essas pessoas e queria ser uma delas. O céu límpido e sem nuvens formava uma moldura de encantamento para todas as coisas e tudo se tornava gracioso. Melodias eram difundidas pelos alto-falantes à porta das lojas e, de certa maneira, isso era agradável. Os meus tímpanos reclamavam, mas o meu coração assegurava que era bom. Recordava amiúde o aviso de um entendido: — Tome cuidado com o latino quando estiver quieto. Mas, enquanto estiver animado, tudo vai bem.

À noite, a alegria se transformava em música, quando as pessoas se visitavam e os jovens saíam em grandes bandos, apenas para andar, de

roupa limpa, e riam calmos, cantando, às vezes, os estribilhos do último Carnaval. Afinal, tarde da noite, quando a maioria das famílias se preparava para dormir, algumas negras velhas vagueavam pelas ruas sombrias e, olhando o céu baixo, entoavam cantos, de melodias claras e melancólicas de origem africana, e de versos em parte africanos e em parte portugueses, comerciando as guloseimas, comidas e bebidas, que tinham para vender. E esses cantos pesarosos eram ternos ao ouvido, embalavam a cidade.

Sabia que não seria possível estudar a Bahia como o faria com uma galeria de arte, nem com certas tribos indígenas das nossas *reservations*, onde se podem contratar indivíduos que se plantem numa cadeira, durante meses seguidos, e falem de si mesmos. Teria de persuadir os baianos a me deixarem participar da sua vida. Teria de abrir caminho para o fluxo humano e tornar-me parte dele. Para estudar as pessoas, deveria viver com elas, apreciá-las e procurar, constantemente, fazer com que gostassem de mim.

Não era simples. São gente muito ocupada, para quem cada hora tem uma finalidade e que, de modo peculiarmente latino — talvez também africano —, mantém os estranhos à distância. Alguns a consideram arrogante. Acho que os seus modos são orgulhosos, mas amáveis. As mulheres mostram isso no seu porte, eretas como árvores quando passam pelas ruas principais balançando à cabeça tabuleiros de doces, as saias engomadas ondulando ao passo decidido e largo, a face escura e calma protegida do sol.

As pessoas da classe alta, em geral bem-educadas e exercendo profissões liberais, gostam imensamente dos negros e adoram exibi-los. Quando dizem “negros”, designam apenas o tipo que vi nas ruas — a gente trabalhadora mal-remunerada, que se distingue pelas roupas, pelas músicas e por outras características incomuns. Não pretendem indicar meramente indivíduos de determinada cor; e, de fato, geralmente dizem “africanos” ou “afro-baianos”, em vez de “negro” que é considerado pejorativo. Um termo preferido é “preto”. Mas nem “preto”, nem “negro”, nem “africano” são usados com referência a pessoas desse tipo físico que ocupem posições

na classe superior. A educação ou o dinheiro, isolada ou conjuntamente, retiram um indivíduo do pitoresco grupo dos “negros”.

Um domingo, pela manhã, o dr. Hosannah de Oliveira, conhecido pediatra para quem eu trouxera uma carta de apresentação de amigos do Rio, ofereceu-se para levar-me de carro pela cidade, a fim de me mostrar os “africanos”. Nosso carro deslizava, a buzina tocando, para cima e para baixo, nas ruas estreitas, enquanto o chofer tentava montar os pneus nos trilhos do bonde. Paramos, de repente, quando um padre atravessou a rua, avançando o sinal. O automóvel era um lindo Chrysler, novo, e obviamente o seu idealizador jamais imaginara um terreno assim. Chegamos, afinal, ao grande mercado da Cidade Baixa, à beira da baía, ao lado das docas e armazéns de cacau e envolvido no seu fedor. Por todos os cantos havia pretas de saias e torsos coloridos e blusas brancas que refletiam a luz do sol. Eram, em geral, mulheres velhas, na aparência robustas, confiantes em si mesmas, profundamente interessadas no trabalho do momento. Geriam açougues, quitandas, balcões de doces e frutas e as barracas onde se vendiam especiarias, sabão, contos e outras especialidades vindas da costa ocidental da África. O comércio com a África se fazia desde o carregamento do primeiro navio negreiro. As relações haviam sido tão íntimas, antes da emancipação, que as firmas comerciais e a corte do vice-reino na Bahia haviam permutado emissários e títulos nobiliárquicos com as cortes tribais da África Ocidental. A Igreja Católica chegara a incluir a Bahia no bispado africano de Angola. Os brasileiros tinham boas razões para considerar a Bahia como a porta de entrada para a África Ocidental. Uma negra eminente havia mesmo chamado a cidade de “Roma Negra”.

O doutor me contava: — Estas são as pessoas que você terá de conhecer; portanto, não se assuste. Têm um temperamento muito brando e responderão a todas as suas perguntas.

Apontou para uma senhora gorda, sentada por cima das pernas no chão, as saias vistosas espriadas ao redor, um lenço amarrado com graça à cabeça. — Tia Júlia — disse o doutor, com clareza, dirigindo-se a ela —

quais são os seus santos? — Tinha em mente os santos católicos, que os negros identificam com as divindades africanas dos candomblés. Olhando-o, suspicaz, ela respondeu numa voz sumida: — Eu não tenho santo, meu senhor.

— Nenhum, titia? — O doutor se ergueu e sorriu para mim: — Ela não está disposta a explicar. Está com vergonha. — Afastando-se um pouco, como se procurasse ver um objeto em perspectiva, observou: — Veja o tipo físico dela. Não é propriamente puro-sangue da Costa do Ouro, porque não é muito preta; tem um bronzeado claro, cor de ouro. Talvez tenha sangue árabe ou português. Tem as maçãs do rosto largas e salientes e lábios bastante finos. O nariz é dividido, mas muito chato. — A mulher estava escutando.

— Seu doutor, eu não sou de *qualidade*<sup>4</sup> — falou, humilde — mas a minha mãe era. Paz à su’alma. O pai dela era branco. Meu pai era africano.

O médico aquiesceu e lançou-lhe uma moeda. Continuamos a andar, até que ele vislumbrou uma preta alta de cabelo branco encarapinhado.

— Agora vá você e faça-lhe uma pergunta — insistiu.

— Não tenho coragem — protestei. — Além do mais, ela não entenderia a minha pronúncia!

— Então, ele falou com a mulher: — Como vai, tia Luzia? — disse, polidamente. — Quero dois sapotis. Vejo que está usando um colar de coral. De que santo é?

— D’Oxum, seu doutor — respondeu, com naturalidade, com voz rouca.

O doutor voltou-se para mim. — Disse que o santo dela é Oxum. Oxum é uma divindade africana e, segundo eles, é também Nossa Senhora.

<sup>4</sup> Isto é, branca, ou de tez clara. (Nota de É.C).

Não me agradava aquela excursão. Talvez estivesse errada, mas sentia que aqueles negros baianos deviam ser abordados de maneira mais pessoal, de um modo que lhes testemunhasse mais claramente o meu respeito. Na verdade, eu queria vê-los vivendo a sua própria vida, e não apenas escutar as suas respostas às minhas perguntas. E, sem dúvida, eu não poderia fazer perguntas enquanto não conhecesse a vida deles.

Foi depois disso que conheci Édison. Fôramos ao cais, uma tarde, esperar um navio que trazia amigos do Rio. Sentamos num caixote e conversamos. Ele riu, mas também se exasperou quando lhe descrevi as experiências do domingo. As suas idéias sociais eram democráticas e ele achava que os negros tinham sido tratados com condescendência devido à sua situação econômica precária.

— Os aristocratas sempre condescendem — resmungou, em voz calma, carregada de intensidade, tirando baforadas do seu cigarro — e quando alguns deles resolvem estudar candomblé, colhem material chamando os negros aos seus escritórios para entrevistas, porque são muito orgulhosos ou muito preguiçosos para visitar os templos nos arrabaldes. Mas você tem de ir a eles. Você não pode esperar que se portem com naturalidade num escritório ou num hotel. E eles saberão que você os respeita, se for a eles. Eu a apresentarei.

Durante os meses seguintes, visitei pessoas, dia e noite, comendo com elas nas suas casas, conversando tardes inteiras sobre coisas do seu interesse, passando dias e semanas em cerimônias e festas aborrecidas. Demos presentes; percorremos distâncias sem fim, de táxi, nos arrabaldes abandonados, e de barco para as ilhas próximas na baía; gastamos longas horas e perdemos muito sono e afinal quase ficamos doentes de cansaço e de calor. Precisávamos estar constantemente disponíveis, com paciência e cordialidade infinitas, sempre alertas, sempre prontos a tomar notas e tirar instantâneos de maneira discreta.

Tive de ser paciente com os baianos, mas Édison teve, além disso, de ser paciente comigo. Não somente o meu modo de pensar e a minha conduta lhe eram estranhos, mas também, como escritor, sofria diariamente

a tortura de ver mutilada a sua amada língua. Posso imaginar o que sentia, porque de vez em quando eu estremecia ouvindo-o tentar uma conversação em inglês. Mas os brasileiros são incomparavelmente bondosos com os estrangeiros que lutam por aprender “o idioma de Camões” — como o denominam, na sua admiração pelo grande poeta épico de Portugal; e se dispõem de tal modo a cooperar que “compreenderiam até chinês”, como costumava dizer a minha patriótica professora carioca. Sempre fui humildemente grata à paciência de Édison, qualidade que, dizia ele, era muito útil no Brasil e fora herdada de distantes antepassados da África.

Bem cedo compreendi que a minha pesquisa da Bahia não era algo unilateral, que eu podia limitar como quisesse ou começar e acabar à vontade. A minha ação fora decisiva sobretudo para a minha vinda à Bahia e depois disso eu estava mais ou menos à deriva nas marés da opinião pública. Estou certa de que muito pouca gente acreditava nas minhas boas intenções. O fato de ser americana imediatamente me atribuía o papel de aventureira. Eu era um espécime, uma curiosidade para os 350 mil e tantos habitantes da cidade e arredores. Os jornais haviam informado os seus leitores acerca da minha chegada e dos meus propósitos e percebi que logo começaram a lembrar os americanos “malucos” que conheciam dos filmes de Hollywood. Elogiavam os americanos da tela pela sua “coragem”, mas, sendo latinos, davam mais valor à discrição — e sorriam, com escárnio, das nossas *girls* escandalosas, de pernas à mostra, e dos nossos bandidos barulhentos. (Adoravam Mickey Mouse). Como só havia cerca de duzentos norte-americanos na Bahia e perto de 2 mil outros perdidos na população carioca de 1 milhão e meio, as imagens dos filmes não podiam ser corrigidas através de uma experiência concreta com figuras de carne e osso. No Rio, as crianças me achavam tão estranha que iam atrás de mim nas ruas, gritando — Americana! Americana! —, e garotos, nos bondes, em algazarra, faziam palhaçadas e procuravam falar o inglês que aprendiam na escola. Na aristocrática Bahia, eram mais comedidos;

mas, como disse, a polícia deu forma às indagações e incertezas latentes da população, rotulando como “espionagem” as minhas atividades. Levavam-me demais a sério para acreditar que eu fizesse tudo apenas pela ciência. Os eruditos e intelectuais tratavam-me com amabilidade generosa e grave, simpatizando com os meus propósitos; contudo, eu era para eles uma novidade quase tão grande quanto os negros para mim.

É uma estranha experiência para um americano descobrir que não importa. Era o que sentiam os nossos compatriotas na Bahia. O povo estava acostumado a ver homens de negócio ingleses e alemães e suas famílias; quando, às vezes, me tomavam por alemã, não aumentava o meu prestígio insistir enfaticamente em que eu era dos Estados Unidos. Os negros raramente estavam certos quanto à localização dos Estados Unidos; sabiam que ficavam para lá do oceano, mas supunham que na Europa. Os americanos eram um pouco mais conhecidos no Sul, onde havia maior contato com o mundo exterior e onde viviam muitos ingleses, grandes colônias de japoneses, tantos alemães e italianos que estados inteiros eram dominados por eles.

Indústrias importantes eram controladas por esses outros nacionais, embora a Standard Oil trabalhasse satisfatoriamente no Rio.

Eu preenchia um requisito popular de conduta ao estilo americano, dando a impressão de ter dinheiro. Admitia-se que eu fosse rica e, independentemente do fato de que se espera de todos os americanos que sejam ricos (e loucos por dinheiro), esta crença era um sinal de reconhecimento social, pois, acreditava-se, nenhum “aristocrata” precisava trabalhar para ganhar o pão de cada dia. Na realidade eu chegara apenas com uns 2 mil dólares para todas as despesas durante mais de um ano. Mas o povo, que dispunha de quantias infinitesimais para viver, raciocinava que uma mulher que viaja, mora em hotéis e toma táxi deve nadar em dinheiro. E, sem dúvida, eu estava bem provida, pois o poder aquisitivo do dólar americano era alto e eu o gastava com cautela.

Para facilitar o trabalho e as minhas apresentações, Édison e alguns outros, como o elegante dr. Estácio de Lima, da Faculdade de Medicina,

começaram a orientar-me quanto à conduta fora da cidade, no seio do povo.

— Não use um vestido assim tão bonito, de seda branca — disse o dr. Estácio de Lima, observando-me. — Ficaré imundo.

Ele mesmo vestia um elegante terno de linho, engomado. Mas o que queria realmente dizer era que as mulheres negras usavam vestidos de morim tão simples que o meu, bem cortado, as envergonharia.

— E use sapatos comuns — advertiu. — As estradas são poeirentas.

Ainda uma vez, o conselho não era tanto por causa do terreno quanto porque as mulheres andavam com calçados quaisquer.

Édison foi mais longe: — Não fale quando estiver comendo com outras pessoas — comentou, calmo e incisivo. — Eles podem pensar que a comida não está lhe agradando... E por que não usa pó-de-arroz? Isso a protegeria contra queimaduras do sol. Afinal, as mulheres daqui vivem neste clima há séculos e sabem o que fazem... E não vá sozinha ao cinema! Os homens podem se tornar insolentes e você talvez não possa defender-se. Se eu estiver por perto, posso intervir. Não seja teimosa! Não estamos nos Estados Unidos da América!

Édison pertencia à vanguarda radical em luta pelos direitos da mulher; mas preferia não lutar no interior dos bastiões da tradição baiana, nem no curso de uma pesquisa social.



## *Matriarcado Cultural e Homossexualidade Masculina*

A homossexualidade masculina ocorre com muita freqüência, mas o ponto em que se torna um problema social varia com as atitudes que diferentes culturas tomam em relação a ela. Uma dessas atitudes especiais é a que distingue rigorosamente o homossexual ativo do passivo. Um ou outro pode ser objeto de vigorosa condenação social e, em consequência, viver como um proscrito, enquanto ao outro se reconhece um papel na sociedade.

Entre certas tribos de índios americanos do século passado, o *berdache*, ou homossexual passivo, era protegido, encorajado a adotar os papéis social e sexual das mulheres e por vezes a assumir responsabilidades sagradas e, menos freqüentemente, lhe era permitido adotar, com aprovação social, a conduta licenciosa que atribuímos às prostitutas profissionais. O seu "marido" não era considerado homossexual, mas apenas um homem que não podia conseguir partido mais vantajoso. Era, porém, objeto de desprezo o homossexual ativo, que buscava jovens parceiros. Por outro lado, entre os contemporâneos tanala de Madagascar (comunicação de Ralph Linton), o homossexual passivo não suscita comentário algum, desde que tome vestimenta e ocupações de mulher e, eventualmente, se "case" com um homem. Na nossa própria cultura os homossexuais têm sofrido reprovação, quer sejam ativos ou passivos; é compreensível, portanto, que não sejam tão claramente classificados nesses dois tipos como o são em culturas que estabelecem rigorosas distinções entre eles.

Na comunidade negra da Bahia, no Brasil Setentrional, circunstâncias incomuns encorajam certos homossexuais passivos a forjar um novo e respeitado *status* para si mesmos. Disso resultaram mudanças individuais e sociais importantes e fáceis de observar; mas o seu especial interesse para a psicologia reside no

demonstrar o modo pelo qual um grupo proscrito fez nova adaptação, tirando vantagem das novas circunstâncias.

No Brasil, a condenação aos homossexuais passivos os coloca no grupo proscrito, enquanto os seus parceiros passam despercebidos e são, muitas vezes, homens importantes. Contudo, não são perseguidos. Os homossexuais passivos se propõem nas ruas em sussurros obscenos e se fazem notar pelo exagero da fala, pela insistência no falsete, pelo uso de modismos femininos. Todas as suas energias se endereçam para a consecução do ato sexual em que assumem o papel da fêmea. Repelidos pelo homem que desejam, afirma-se que caem de joelhos e imploram, aos soluços. Habitualmente se propõem a homens normais, que se valem deles somente quando não têm mulher à mão. Esses homens, pelo que se diz, os tratam com muita rudeza. Oferecer-se, entretanto, não pode ser um meio de ganhar a vida. Eles não têm, como as prostitutas na Bahia, um *status* legal, o direito de exigir uma certa paga e de viver em determinadas ruas; ao contrário, são delinquentes menores, caçados nas ruas e sem direito a pagamento.

Contudo, é esta classe que hoje dá líderes aos cultos predominantes (candomblés) da Bahia. A fim de tornar compreensível a mudança que está ocorrendo, é necessário esboçar as características principais desses cultos e o papel que desempenham na Bahia.

A Bahia, também chamada Cidade do Salvador, é a antiga capital do Brasil. Fica diagonalmente oposta ao esporão ocidental da África e diretamente oposta ao litoral de Angola. Durante séculos foi um ativo mercado de escravos e um porto de entrada de migrantes negros livres; hoje sua população é predominantemente negra e os seus costumes predominantemente africanos. O vigor da sua vida se torna muito evidente nos feriados, quando o sol castiga quilômetros de ruas fulgurantes tomadas de negros que vêm, aos magotes, das matas circunjacentes. As grandes praças sufocam de gente que se agita em insistentes ritmos de dança, ao mesmo tempo lamentosos e melódicos. Em certo ponto há um profundo murmúrio, quando cantam "Ah, Bahia! Terra de ouro e de luxo, terra de samba e candomblé!"

Candomblé é um culto fetichista africano organizado em cerca de 80 casas de culto, que inclui entre os seus membros a maior parte das várias centenas de

milhares de negros da cidade e das matas em volta. O culto gira em torno de uns dez deuses do oeste africano; e cada casa de culto influencia toda a vida dos seus adeptos. Os baianos ligam os maiores candomblés aos ioruba, os nagô segundo a fala da Bahia, uma das maiores tribos da Nigéria, que forneceu muitos escravos no passado. Esses sacerdócios nagô na Bahia são quase exclusivamente femininos. A tradição afirma que somente as mulheres estão aptas, pelo seu sexo, a tratar as divindades e que o serviço dos homens é blasfemo e desvirilizante. Embora alguns homens se tornem sacerdotes, a razão, ainda assim, é de um sacerdote para 50 sacerdotisas. Muita gente acha que os homens não devem tornar-se sacerdotes e, em consequência, um homem alcança esta posição apenas sob circunstâncias excepcionais. De qualquer modo, jamais pode funcionar tão completamente como uma mulher.

O fato principal, no mundo de um negro baiano, é a vizinhança em que vive — e esta geralmente está à vista ou dentro do raio de som de algum candomblé. Todo mundo visita a casa de culto ao menos uma vez por mês, e há quem a visite várias vezes por semana. Fazem-se visitas sociais às sacerdotisas e levam-se as notícias do mundo exterior. Alguns vêm apenas para passar o tempo; mas, numa ou noutra ocasião, todos são obrigados a consultar a sacerdotisa-chefe, chamada *iyalôrixá* em nagô, ou mãe-de-santo. A mãe, cercada pelas sacerdotisas de menor graduação, vive na casa de culto, tanto para estar na companhia dos deuses a quem serve quanto para atender aos clientes que necessitam da sua intercessão junto aos deuses. Muitos são os ditos em homenagem a estas mulheres do culto, famosas em todo o Brasil pela sua bondade. A fala segura e o andar equilibrado da mãe predispõem os seus subordinados à obediência, pelo menos na sua casa e diante dos seus olhos. Sob a sua direção florescem a paz e a segurança.

A mãe é auxiliada por sacerdotisas chamadas filhas-de-santo — filhas porque as treinou ou as "fez", de criaturas de carne e osso, vasos dedicados às manifestações dos deuses. Os clientes geralmente necessitam de cura para alguma doença, pois sempre se está doente; vêm à casa de culto pagar promessas do tipo católico às divindades africanas, ou orixás; vêm buscar remédios mágicos para disciplinar um marido extraviado, um amante enfastiado, um patrão inamistoso; rogam medidas drásticas para "despachar" rivais no amor, nos negócios, nas amizades; pedem tratamento cerimonial para proteger um feto ou uma criança, ou

desejam tratamento para esterilidade. Todo problema é levado à mãe, cuja fama, em consequência, se espalha, até que certas mães são procuradas por brancos de alta posição. Algumas delas fazem fortuna e justificam a crença local de que todas as filhas experientes dos candomblés são “ricas”.

As filhas do culto são “feitas” por diferentes razões. Algumas são “feitas” ainda no útero materno, porque uma sacerdotisa assim o sonhou. Outras são “feitas” na infância, a fim de curar uma moléstia. A doença é considerada muitas vezes como o castigo de algum deus ou como o sinal de algum deus sobre um devoto. A mãe analisa a situação adivinhando com búzios africanos ritualmente tratados; além disso, por vezes uma filha mais velha tem um sonho com o seu deus, diagnosticando a doença. A maior parte das filhas, porém, é “feita” na idade adulta, na esperança de curar dores de cabeça crônicas ou perturbações estomacais; essas devotas em geral dizem que a doença começou na infância e explicam que retardaram a iniciação ou a cura principalmente por motivos econômicos. A iniciação envolve grande gasto de tempo e de dinheiro, pois exige três meses de absoluta reclusão na casa de culto, abstenção de relações sexuais, de certos alimentos e de diversões e despesas que vão de 50 a 100 dólares.<sup>75</sup> Como não é fácil conseguir dinheiro na Bahia, as grandes somas são pagas de várias maneiras: em serviço, em espécie, em prestações. Após a sua saída formal da casa de culto, a noviça observa grosseiros tabus durante o resto do ano; na verdade, certos tabus e proibições difíceis continuam em vigor até a sua morte, embora com decrescente severidade. Os tabus geralmente dizem respeito a relações sexuais e alimentos e exposição ao calor e ao frio. Aparentemente, o objetivo é manter as sacerdotisas num distante estado semi-ascético de diminuição de interesse em coisas carnis.

Ocasionalmente, meninos são “feitos” como as meninas. Esta situação se produz porque uma criança, prometida antes do parto, nasceu menino ou porque a doença de um menino excita a simpatia do deus de alguma sacerdotisa. Estes noviços se tornam filhos-de-santo, mas a mãe de uma casa de culto nagô tenta furtar-se a “fazer” filhos. Prefere, em vez disso, um inconclusivo ritual ou cura, chamado “assentar o santo”, que não confere *status* sacerdotal; e, com efeito, insta

<sup>75</sup> Na ocasião, o dólar valia vinte mil réis (dois centavos “novos”). (Nota de É.C.).

com os homens para que “assentem” os seus deuses, de modo a ganhar a proteção divina por toda a vida. Ao mesmo tempo abarrota o tesouro da sua casa.

Os meninos “filhos” podem ser chamados iniciados passivos, ou inadvertidos, em contraste com os homens que persistentemente solicitam iniciação. Certa mãe nagô hesita antes de “fazer” homens, mesmo após haverem caído no transe ritual durante o qual dançam possuídos por um deus que neles penetrou e transmitem, na sua voz, a mensagem divina. Ela os submete às provas tradicionais do fogo e do óleo fervente, como o faz com as mulheres sob suspeita de fingimento. Vi, certa vez, uma mãe expulsar um jovem que habitualmente caía em transe e mandar pregar este aviso no poste central da sala de cerimônias: “Pede-se aos cavalheiros o favor de não perturbar os ritos nem dançar no espaço reservado às mulheres”. E “mulheres” eram as sacerdotisas.

Os cultos nagô, antigamente, tinham ligações com certos homens que praticavam a adivinhação e a feitiçaria, mas não eram chefes de culto. Um ou dois velhos ainda vivem na Bahia<sup>76</sup> e são chamados babalaôs. Eram consultados por toda a população, candomblés inclusive, embora a feitiçaria seja proibida na Bahia. O babalaô é tão exaltado quanto a mãe e pode ter sido, outrora, em vista das suas habilidades de feiticeiro, ainda mais poderoso. Quando um babalaô comparece, hoje, a uma cerimônia de culto, é recebido com profundas reverências e beija-mão, a mãe o faz sentar-se à sua direita e o chama de “irmão”, enquanto as filhas o chamam de “tio”. Pode dançar durante os toques honoríficos que os atabaques lhe dedicam, mas dança desperto e sozinho. Quando se sente perigosamente próximo a ceder à possessão, o que pode acontecer quando muitas das canções do seu deus são cantadas e tocadas, foge do local, temendo profanar os mistérios e emascular-se. O babalaô é agora uma instituição moribunda e os dois velhos da Bahia não conseguem atrair novos adeptos.

Em casos muito raros, no passado, homens foram chefes de culto nagô e eram chamados “pais”. Como as mães, “fizeram” alguns filhos e muitas filhas, proibiram os sacerdotes de sexo masculino de dançar com as mulheres ou de dançar em público quando possuídos e excluam os noviços de certos mistérios

<sup>76</sup> Martiniano do Bonfim e Felisberto Sowzer (Benzinho), ambos já falecidos. (Nota de É.C.).

femininos. Em comparação com as mulheres, estes eram apenas parcialmente iniciados e tolerados em vista de certas anomalias. Quanto mais rigoroso na observância às restrições do culto, tanto mais o pai fortalecia a sua reputação, especialmente se evoluía para um pai-adevinho. Nos negócios do culto, como também na feitiçaria dos babalaôs, uma mulher assiste como “mãe-pequena” e eventualmente sucede ao pai.

A estrutura do culto envolve homens como ogãs, “protetores”, “patrocinadores”. Espera-se do ogã que subvencione as elaboradas cerimônias, que mantenha em bom estado a casa de culto e ajude a financiar pelo menos as obrigações rituais de uma das sacerdotisas. Por vezes o ogã se vê na obrigação de defender o culto frente a polícia. Após ter sido “confirmado” é chamado de “pai” por todas as mulheres, que lhe beijam a mão e pedem a bênção, mas ele mesmo se dirige à sacerdotisa-chefe como mãe e geralmente se inclina para beijar-lhe a mão e pedir-lhe a bênção (como todo mundo faz ao saudar os padres católicos); às outras sacerdotisas chama de “filhas”. Cada grupo de culto tenta atrair tantos desses “pais” quanto possível, e alguns mesmo conseguem envolver homens brancos ricos. Surpreende esse serviço por parte de homens que, nas coisas seculares, revelam um espírito muito patriarcal; contudo, a situação tem certa analogia com os arranjos da sua própria casa por se esperar que cada homem tome a seu cargo uma mulher, ou seja, uma sacerdotisa e o seu deus. E a mãe dominante tem paralelo nas velhas que regem as famílias brasileiras.

Entre os ogãs de cada casa de culto, três são incumbidos de deveres especiais. Um deles supervisiona os três atabaques e tocadores, que são fundamentais nos ritos; pois “a voz dos atabaques chama os deuses”. Outro assiste a mãe sacrificando, ritualmente, bodes, galos, galinhas e pombos, sendo-lhe exigido que depece e deixe à parte os órgãos genitais no sacrifício de bichos machos; o terceiro ogã o auxilia. Sempre que estes dois se aproximam dos grandes mistérios, devem submeter-se também aos mesmos tabus que as sacerdotisas.

Os atritos dentro das casas de culto nagô não se devem ao ciúme masculino, pois os homens do culto raramente se queixam da autoridade e das exigências das mulheres e, ainda mais vigorosamente do que as mulheres, condenam os filhos adultos como “maricas”. Os antigos babalaôs não têm mais significação; em vez deles, as mães são levadas a assumir as suas funções de adivinho. Quando há

conflito dentro das casas de culto nagô trata-se geralmente da obra de mulheres movidas pela ambição de se tornarem mães, e é devido a tais atritos que surgem novas casas e pequenas variações de ritual.

O rompimento mais importante se produziu há cerca de uma geração, quando a mãe nagô, chamada Silvana, instalou o culto caboclo. Naquela região caboclo significa a mistura de sangue índio e branco; Silvana se apossou do termo porque alegava ter visões dos antigos índios brasileiros. Ela organizou o culto aos primitivos habitantes da terra, os índios. Provavelmente tinha duas ou três fontes de inspiração: uma, a prática banto de cultuar os espectros dos ancestrais e antigos donos de terras; outra, o romântico interesse brasileiro na história dos índios, ensinada a todos os escolares e especialmente interessante para os mulatos, que preferem dizer-se “caboclos”; e, terceira, a ubiqüidade do espiritismo europeu e das “sessões” que invocam “guias” indígenas. As idéias cismáticas de Silvana, de êxito imediato devido ao seu prestígio de filha nagô, deram em resultado, hoje, dezenas de casas de culto caboclo na Bahia. Os deuses nagô ainda são os principais no ritual caboclo e somente depois que são cultuados se invocam os novos seres sobrenaturais.

Os cultos caboclos relaxaram grandemente as restrições que cercam as mães. Uma mãe nagô deve passar, pelo menos, sete anos de estrênuo treinamento, antes que suas colegas sancionem sua ascensão ao cargo; em regra, passa muitos anos mais. Há também a tendência a que a mulher herde o cargo de uma parenta ou amiga íntima a quem serviu como assistente. As mães caboclas, porém, sustentam o direito de funcionar sem haver prestado serviços anteriormente, e muitas vezes sem terem sido “feitas”. Fazem da fraqueza uma virtude, alegando que nenhum intermediário humano lhes pôs as mãos em confirmação, mas somente os próprios caboclos. Treinam noviças de modo vago, exigindo apenas sete dias de reclusão, impondo alguns tabus durante o resto do ano, e assim por diante. Comparecem a cerimônias de outras casas de culto muito mais freqüentemente do que as sacerdotisas nagô, que na verdade são advertidas contra tal perambulagem, e acredita-se que o façam para colher elementos de conhecimento ritual. Em geral a sua atitude é hostil e carrancuda, com o resultado de que têm contribuído grandemente para a coleção afro-brasileira de canções de desafio.<sup>77</sup>

<sup>77</sup> Sotaque. (Nota de É.C.).

O seu afastamento mais radical da tradição nagô é que os homens podem tornar-se chefes do culto caboclo. Nos seus ritos, os homens se abandonam, como mulheres, a tremores e suspiros antes e a saltos frenéticos durante a dança. Falaram-me de uma casa de culto caboclo onde os homens são maioria, mas as mulheres, em outras casas, ainda os excedem de muito. Embora, numa cerimônia, eu tenha visto cinco filhos entre dez filhas, noutra vi apenas dois filhos entre cerca de uma dúzia de filhas. Jamais vi um cerimonial caboclo que não incluísse um ou mais filhos, uma circunstância impossível num cerimonial nagô.

Não obstante ainda concordem com as mães nagô no dogma de que nenhum homem deve tornar-se pai, as mães caboclas inevitavelmente se derrotam a si mesmas, “fazendo” filhos à vontade. Numa enumeração parcial feita pelo etnólogo baiano Édison Carneiro a proporção era:

<i>Tipo</i>	<i>Mães</i>	<i>Pais</i>
nagô	20	3
caboclo	10	34

Aqui temos uma boa amostra. Afirma-se que os pais caboclos surgiram em grande número apenas na geração atual, uma afirmativa que ganha substância no fato de que os pais não-nagô são todos de menos de 45 anos e grande número deles está nos primeiros 20 anos.

A explicação mais fácil para este acontecimento nas casas de culto não-nagô é a de que os homens que desempenham o papel de sacerdotes se esforçam pela unidade com a figura da mãe. Embora seja óbvia uma exposição desta espécie, não basta para explicar por que esses sacerdotes do candomblé são recrutados, todos, entre os proscritos homossexuais do submundo baiano. A maioria desses pais e filhos é de notórios homossexuais passivos, que antes batiam as ruas.

O relaxamento dos rigorosos tabus nos cultos não-nagô e, em especial, o fato de que as barreiras tenham caído para os homens, não derrubaram, porém, o princípio fundamental de que somente a feminilidade pode servir aos deuses. Todos os homens considerados normais na Bahia continuavam, pois, excluídos. Somente um grupo preenchia os requisitos. O fato de que constituísse um grupo sujeito à mais rigorosa condenação social não pesou contra esse princípio básico.

Quando se “faziam” filhos, eram eles homossexuais, que, a despeito do seu *status*, eram os únicos “femininos”. Tendo penetrado nos influentes candomblés, têm agora voz, como sacerdotes, em todas as atividades vitais. São apoiados e mesmo adorados por homens normais de quem eram, antes, objeto de escárnio e ridículo.

Esta metamorfose não se produziu sem alterar tanto os homens que se tornaram sacerdotes caboclos quanto os candomblés em que agora têm papéis eminentes. Em contraste com as mães, os pais parecem combativos e frustrados. Em geral desejam simples satisfações pessoais e raramente entrevêm as finalidades sociais que são o objetivo declarado do fetichismo nagô. Mas, como voz de um grupo até agora mudo, podem abrir caminho para novas instituições. Não se consideram rebeldes, “masculinistas” a agrupar com as nossas feministas; pelo contrário, aspiram a um sentimento de unidade com a tradição da mãe. A situação não resulta em solidariedade grupal — e os homens são mestres de difamação. Menos do que tudo refletem a masculinidade da cultura patriarcal em cujo coração vivem. Desejam uma coisa, para a qual o candomblé oferece as mais amplas oportunidades: desejam ser mulheres.

Fisicamente têm certas vantagens, pois muitos dos pais são juvenilmente bonitos e todos os que vi são mulatos. Pais e filhos caboclos também têm modos femininos, que emulam, não a tranqüila autoridade e os compostos movimentos das matriarcas do culto, mas a nervosa coqueteria dos homossexuais. Em vez de solicitar afeição e satisfação sexual de elementos casuais, porém, buscam e são requestados por crentes, em geral ogãs; em vez de merecer pontapés e palavras de desprezo, estão instalados em casas confortáveis, servidos por subordinados do culto, e às vezes enriquecem. Dentro do candomblé insistem na sua feminilidade e a ritualizam no transe sacerdotal; sacando sobre o prestígio de mães e filhas nagô, dão-se os títulos comparáveis de pais e filhos. As fantasias homossexuais passivas são realizáveis sob a proteção do culto, pois o homem dança com as mulheres no papel de mulher, usando saias e agindo como médium. Um dos atributos mais importantes dos pais eminentes é o seu estilo de dançar durante o ritual. Este se estereotipa no estilo feminino, em especial por ser vagaroso e sensual (dengoso), e difere muito das formas atléticas cultivadas pelos homens nas danças profanas. Faz com que um homem corpulento como o famoso pai Bernardino pareça feminino, tornando flexível, como o corpo de uma mulher, as suas costas

e ombros nus, as suas pernas metidas em compridos calções e os seus pequenos pés descalços. Parcialmente desalojam as mulheres, fazendo-lhes as vezes; mas não se consideram rivais das mulheres, do ponto de vista sexual. Simplesmente querem ser mulheres e constantemente se cercam de sacerdotisas. Os filhos aumentam nesse ambiente — e algum dia poderão assumir os importantes cargos que agora estão nas mãos das mulheres.

Os pais já estabelecidos cultivam tipos diferentes de comportamento para o mundo do candomblé e para o mundo exterior. Limitam a sua feminilidade cada vez mais às ocasiões de culto e se esforçam, na vida secular, por imitar os atos dos homens. Esta conduta faz parte da psicologia de manter secretas as atividades da casa de culto. Em público os pais usam calças e os seus gestos são mais ásperos. Mesmo em público são protegidos pelo culto, pois jamais saem sem a companhia de alguns filhos ou ogãs. Ainda assim, sempre têm um ar de desafio, de leve hostilidade.

Alguns pais mantêm amizade com importantes mães e filhas nagô e alguns deles se esforçam por imitá-las na consagração sacerdotal. O pai em geral está apenas interessado na oportunidade de exibição pessoal, enquanto as grandes mães, antes de tudo, se orgulham dos seus cargos. Para si mesma e para os demais, a mãe é, acima de tudo, a chefe sagrada do culto africano, e só secundariamente uma mulher a acariciar; mas, para si mesmo e para os demais, o pai é, antes de tudo, uma anomalia sexual, e só secundariamente o chefe da casa de culto. Contudo, os famosos pais Bernardino e Procópio<sup>78</sup> se empenham em mascarar os sinais mais grosseiros da homossexualidade — embora jamais abandonem a sua prática — e se dedicam aos seus deveres místicos como as suas colegas.

A maioria dos pais é devota de Iansã, deusa africana identificada com a inglesa Santa Bárbara. Psicologicamente, a situação é esclarecedora, pois, na tradição africana, Iansã é uma mulher masculina ou mesmo um homem. É guerreira; às vezes é a esposa do rei-guerreiro Xangô, às vezes a irmã dele. Esculturas antigas encontradas na Bahia, talhadas lá mesmo ou na África, representam Xangô

<sup>78</sup> Manuel Bernardino da Paixão (do Bate-Folha) e Procópio Xavier de Souza (do Ogunjá), ambos já falecidos. (Nota de É.C.).

como macho e como fêmea. Iansã controla os ventos e as tempestades; daí as suas cores emblemáticas vermelho, azul e castanho. Xangô vive no céu, governando os raios, e as suas cores são semelhantes às dela — vermelho e vermelho e branco. Como os deuses masculinos, Iansã veste calças e uma ampla e curta saia de dança; ela é “mulher-homem”.

Os homens levaram para a atmosfera do candomblé um elemento até então estranho, uma espécie de terrorismo que se exprime na maneira intratável e severa com que dirigem o grupo, no emprego furtivo, mas bem conhecido, da feitiçaria e no uso do chicote contra as sacerdotisas. A mãe sabe empregar a feitiçaria e tem um chicote ou bastão sagrado no quarto dos altares; mas não usa nenhum desses instrumentos, pois basta uma simples ordem sua. Ao recorrer à violência, o pai admite que, embora tenha conseguido o cargo de mãe, não conseguiu penetrar no seu caráter. Como os seus propósitos são diferentes, o pai altera a natureza do cargo.

O seu terrorismo deriva, em parte, do adivinho-feiticeiro. Bernardino, Procópio e Ciríaco<sup>79</sup> são os mais famosos pais da Bahia, mas a sua fama como sacerdotes tem a ofuscá-la a sua fama como feiticeiros. Entre os seus clientes se contam brancos distintos que os protegem da polícia, pois ocasionalmente esta os prende e espanca.

Individualmente, o pai é uma variação interessante do tipo predominante. Uma verdadeira compreensão psicológica é impossível sem a ligação íntima de que, como mulher, eu estava excluída; muita coisa, porém, pude saber e apresento agora algumas observações, que parecem delinear a situação geral.

Os pais que conheci, cerca de dez, foram recrutados entre prostituídos, delinquentes juvenis e malandros da cidade. Nem todos eram naturais da cidade da Bahia; João, por exemplo, veio, aos 10 anos, dos distantes campos de criação do Estado e viveu na cidade com a canalha das ruas. O lugar de nascimento não tem importância, pois a mesma espécie de comportamento sexual anormal pode

<sup>79</sup> Leia-se, de acordo com a pronúncia popular, Ciriáco. (Nota de É.C.).

ocorrer em toda parte no Brasil e muito poucos homens não terão sido expostos a algum dos seus tipos. Naturalmente, como proscrito, João era um delinqüente.

Alguns pais, como Bernardino, rompem completamente as suas ligações com a rua e se voltam para adeptos do culto, homens normais fascinados pelo mistério que cerca o seu chefe. Outros, porém, como João, mantêm as antigas ligações ao mesmo tempo que as novas. Essas atitudes contrastantes em relação ao passado de desonra ligam-se a outras formas de comportamento. Assim, Bernardino se empenha por ocultar a sua homossexualidade, limitando-a à sua casa e aos terrenos do templo. Usa decentes roupas brancas e raspa a cabeça peluda. João, pelo contrário, não se envergonha, anda num semibambaleio pelas ruas, escreve cartas de amor aos homens por quem se apaixona, veste blusas de corte e cor que ressaltam a sua pele e os seus ombros delicados — e espicha o cabelo. O cabelo espichado, proibido pelos padrões nagô, é o símbolo dos homossexuais passivos.

Em geral os pais são de grande frieza com as mulheres, um fato mais notável no Brasil do que o seria nos Estados Unidos. Mas Bernardino e Procópio cultivam estreitas relações profissionais e pessoais com importantes sacerdotisas de outras casas de culto. Esta atitude é surpreendente, em vista da amarga rivalidade e desconfiança que existe, normalmente, entre os chefes de culto. Ela se baseia, provavelmente, numa espécie peculiar de amor dessexualizado e de culto do herói; ao mesmo tempo, garante ao pai a admissão num pequeno e seletivo círculo de eminentes sacerdotisas. Bernardino gosta de oferecer presentes caros a essas amigas, mas também se desmanda de modo chocante.

Homens como João preferem as prostitutas. Tem ele a fama de visitá-las em casa e de brincar inocentemente com elas. Este seu hábito lembra os interessantes casos relatados por Wilhelm Stekel, de homossexuais que encontravam a maior excitação na companhia de mulheres fáceis que haviam entretido os homens que eles mesmos desejavam.

Outros ainda, como Vavá, são bissexuais. Ele parece o mais fechado, e também o menos interessante, do grupo. Como João, permite que os terrenos da casa de culto sejam usados para encontros amorosos, deste modo obtendo acesso, para si mesmo, aos homens que os visitam, originalmente, por motivos hete-

rossexuais. Ao mesmo tempo é bem casado com uma branca atraente — e já se casou várias vezes nos seus 25 anos.

Outros, como Ciríaco e Manuelzinho, são muito fiéis às suas ligações homossexuais. O primeiro vive com três filhos e o quarteto é inseparável. O segundo, sumido numa adoração apática ao cara-de-boneco Vavá, jamais namora à maneira descuidada de João.

Alguns são tímidos e encabulados, como Otávio; outros são hostis e rudes, como Bernardino e Procópio; outros ainda são maus, como Vidal. Alguns são atrevidos, como Paim, e alguns são serenos, como Ciríaco. É óbvio que a homossexualidade tem diferente significação pessoal para cada qual deles.

Os pais não são igualmente dedicados às suas responsabilidades religiosas. Procópio e Bernardino, como tantas mães, lhes dão todo o seu tempo. Vavá e João são funcionários em escolas. Ciríaco dirige uma bem montada mercearia. Outros, como Paim, não têm ocupação, são esbanjadores e eventualmente perdem prestígio e seguidores do seu culto.

É claro, portanto, que, quando caíam as barreiras que excluía os homens da chefia do culto, o fato de que o único grupo a se candidatar fosse constituído de proscritos e malandros não se tornou um obstáculo a que alguns desses homens desempenhassem os mais altos papéis no candomblé. É claro, também, que o candomblé sofreu uma alteração radical com a sua assunção a esses papéis. Muitos dos egressos do grupo proscrito de homossexuais passivos que se tornaram sacerdotes romperam com o grupo original; todos perseveraram em face de vigorosa hostilidade, assumiram o papel de mãe e exploraram os cargos sacerdotais em seu

## *Escravidão negra e status feminino*

As estruturas e as ênfases especiais envolvidas nas instituições da escravidão, como em outras instituições sociais, variaram grandemente e de modo incomumente imprevisível no tempo e no espaço. A escravidão negra no Novo Mundo, extraordinariamente exploradora, atuou de maneira quase uniforme nos seus aspectos econômicos, mas irregular em outros – como o concubinato, a herança e a estima racial – ao passar de uma sociedade de origem católico-mediterrânica como o Brasil para uma sociedade de origem norte-européia-protestante como o Deep South americano. As grandes variações significaram que o curso da vida de homens e mulheres se alterou nos seus objetivos, em prestígio e em pormenores de expressão.

Uma necessidade, durante a escravidão no Novo Mundo, impôs constantemente que os senhores desvalorizassem a posição e as oportunidades dos escravos nas relações pessoais e de classe e exaltassem a posição e as oportunidades das escravas. Como os homens controlavam a sociedade do Novo Mundo, os seus preconceitos de fundo sexual se exerciam mesmo contra a oposição das mulheres brancas e muitas vezes ao preço de tragédia. Assim, encarava-se, caracteristicamente, uma família escrava como tendo uma mulher como chefe responsável, e não um homem, e o filho era identificado tanto pelo nome dado à mãe como pelo sobrenome do senhor; habitualmente, as horas extras de trabalho de uma família escrava eram pagas à mulher como chefe, e não ao homem, em especial nos Estados Unidos. Após a emancipação, a mulher negra nos Estados Unidos continuou a ser o estio econômico e emocional da família, muitas vezes uma família formada ao acaso e composta de várias gerações. O seu comportamento lembra muito a família polígina africana, embora a sua se ligasse à inadequação social do progenitor e tivesse a sancioná-la a necessidade, e a africana se ligue à



autoridade do progenitor, que a sanciona. A tendência se mantém hoje, no seio do povo, em virtude das fadigas econômicas e civis da liberdade.<sup>84</sup> Iniciada pelas exigências e valores da classe dominante, provocou respostas entre os escravos, determinadas tanto pelas tradições africanas como pelas pressões da propriedade humana.

A conduta do senhor incluía a extensão aos negros de certos comportamentos sérios concedidos aos seus pares brancos; isto resultou em vantagens características, ainda que pouco dignas de confiança, para as mulheres negras, e em desvantagens para os negros. Os brancos, que mantinham subordinadas as suas mulheres, elevaram a mulher negra a alto nível, quando destinaram algumas, individualmente, às decentes categorias femininas de enfermeiras, cozinheiras, costureiras e mesmo amantes. Num reconhecimento complementar da virilidade negra, por outro lado, estenderam a certos indivíduos um aspecto da competição concedida a todos os homens brancos quando, na busca de relações sexuais, lançaram as suas vantagens de classe contra eles. Era excitante para os senhores, por assim dizer, reconquistar diariamente os negros pela subjugação das suas mulheres, pois isso punha em perigo as relações dentro e entre as classes, em especial nos Estados Unidos.

Esta inclinação universal cercou-se de condições variáveis. Assim, nas comunidades protestantes norte-americanas, exceto a latinizada Luisiânia do Sul, as relações sexuais de senhor e escravo (e, portanto, de quaisquer brancos e pretos) eram proscritas e, em consequência, furtivas, visto terem sido amplamente cultivadas. Nas comunidades católicas da América Latina eram francas e amistosas e delas podiam resultar famílias reconhecidas, que regularizavam o *status* dos seus rebentos.

As mulheres negras, em todas as Américas, responderam ao seu tratamento mais indulgente de modo semelhante, que ganhou o apoio do seu povo e dos senhores. Foram estimuladas a manifestar traços de iniciativa, responsabilidade,

<sup>84</sup> Dados incompletos das comunidades de escravos fugidos da Jamaica e do Brasil impedem o exame do assunto aqui. Por outro lado, a soma de dados do Haiti e de Saramacca, Guiana Holandesa, deve ser analisada em conexão com a conquista da soberania política, pois isto trouxe determinantes estranhos à escravidão, como a preferência pela identificação com uma cultura européia, em vez de uma cultura africana. [Nota da autora].

paciência e encanto e, como na África, receberam o título de “mãe”. Sob circunstâncias particulares, no Hemisfério Sul, as suas qualidades entraram no desenvolvimento ocasional de instituições matriarcais, sobretudo no Brasil, cuja sociedade oficial era vigorosamente patriarcal. Muitos modelos para este comportamento aparecem em instituições e valores específicos da África. O reforço do funcionamento especial da escravidão no Novo Mundo é a relação biológica básica da mulher diante da vida. Como a personalidade feminina continua enraizada nas necessidades primárias da família e dos filhos, é provável que se fira ou se exponha menos do que a do homem com a destruição da ordem social; ao passo que a destruição social desenraza violentamente a personalidade masculina dos empreendimentos prestigiosos e intrincados, ainda que sociologicamente secundários, do governo, da propriedade e da guerra. Sob a escravidão, portanto, os negros experimentaram humilhações mais irreparáveis e provavelmente mais profundas do que as negras.

Por toda a África à mulher se deram tradicionalmente grandes oportunidades (como propriedade e controle de hortas e pomares, mercados, negócios domésticos, sociedades secretas) e reconhecimento oficial (de sacerdotisa e médium, os paços da rainha e outras entidades que tratam de interesses femininos); por vezes a mulher as partilhava com os homens. Era assim nas complexas sociedades da África Ocidental de onde veio, ou descendia, grande parte da população escrava.

Uma manifestação incomum de estima pelas mulheres se produziu no Daomé, onde jovens donzelas, recrutadas juntamente com os homens para as fileiras do exército regular, eram intituladas “esposas” e “mães” do rei e treinadas no cultivo de qualidades masculinas (por exemplo, ferocidade marcial) e femininas (enfermagem) no seu papel de celibatárias esposas-guerreiras do rei; uma companhia destas “amazonas” constituía a guarda feminina real.

Por toda parte onde o negro vive no Novo Mundo, as mulheres ainda lavram a terra e controlam os mercados e nas cidades trabalham como domésticas. São levadas a sério como chefes e adeptas de religião, por vezes subordinadas aos homens, por vezes no mesmo pé de igualdade, por vezes acima deles, como em certos pontos da Jamaica e do Brasil. A Bahia, um grande centro negro no Nordeste do Brasil, atraiu a atenção desde cerca de 1835, após a expulsão dos escravos

maometanos terroristas, por fomentar um matriarcado de sociedades secretas de caráter religioso predominantemente de origem ioruba (Nigéria, África Ocidental): exclui os homens do sacerdócio nas cidadelas dominantes e nas demais limita a sua atuação. As mulheres, no país dos ioruba, não ocupavam, porém, o elevado *status* que mais tarde descobriram na Bahia, nem as sacerdotisas ioruba praticavam o ascetismo como o fazem as sacerdotisas baianas durante períodos sagrados. Assim, circunstâncias históricas e culturais da escravidão baiana favoreceram um matriarcado, bem como outros aspectos especiais da vida do negro.

Os elementos africanos em práticas particulares do negro americano estão bem estabelecidos e certas tradições tribais dominam mais numa comunidade americana do que em outras. A religião foi a principal expressão social permitida aos escravos e aqui a África lhes forneceu muitos precedentes para combinar com as necessidades do Novo Mundo na criação dos estilos de vida do negro americano. O processo de combinação jamais foi simples ou fácil, pois as necessidades sociológicas e culturais de pretos e brancos se misturavam de modo complicado. Contudo, uma determinante saliente do intercâmbio cultural foi o prestígio relativo de cada cultura. Esta influência pode ser descrita esquematicamente dizendo-se que, numa sociedade protestante do Norte, como o Deep South americano, os brancos impuseram a sua cultura aos negros, enquanto, numa sociedade católica do Sul, como o Brasil, os negros não somente puderam levar a sua cultura aos brancos, mas foram encorajados a manter importantes contatos com a África. A Península Ibérica, governada na sua Idade de Ouro pelos mouros, tinha, ao contrário da Europa Setentrional, profundo respeito pelos africanos e esta atitude animou nas colônias latinas certa indulgência e simpatia pelos escravos africanos. No Brasil, muitos escravos foram reconhecidos como tendo habilidades e saber que excediam de muito os dos seus senhores; o Brasil manteve durante muito tempo relações diplomáticas e comerciais com certos reinos da África e a administração católica da Bahia emanou, em determinado período, do bispado de Angola, no Sudoeste da África. Em sociedades originalmente católicas e mais tarde protestantes, como Trindade e Jamaica, verificaram-se vários fenômenos conciliatórios, como a elevação dos mulatos acima dos negros, que ocupam o *status* inferior.

Em vista da maior latitude concedida aos escravos nas culturas católico-mediterrânicas, é compreensível que freqüentemente tentassem revoltas bem-

sucedidas; raras vezes obtinham êxito no mais severo Estados Unidos. Os escravos e libertos latinizados cultivaram a solidariedade de grupo e a autodeterminação em grau considerável, além do saber e da riqueza, que ajudaram a melhorar as diferenças de *status* entre as raças, e mesmo entre escravos e senhores. Outra influência igualizante foi a concepção latina do casamento que, como no Brasil, permitia a um homem livre manter uma esposa e ao mesmo tempo concubinas de qualquer raça ou *status*, cujos filhos podia legalizar; assim, o sangue e a cultura africanos penetraram na classe dominante através das mulheres escravas. A situação foi apenas menos amistosa no Haiti e na Luisiânia de língua francesa, onde havia arranjos estabelecidos para concubinas e rebentos de cor e onde delicadas definições de graus de mistura racial revelavam um respeitoso interesse. Nos Estados Unidos protestantes, porém, o concubinato não era reconhecido e os únicos filhos legítimos eram os da esposa branca.

Alinhadas a todas essas circunstâncias, as regiões latino-americanas exibem hoje uma vida popular negra mais exuberante do que os Estados Unidos protestantes. No Brasil, que possui uma população negra comparável em número e em significação à dos Estados Unidos, grupos organizados de *colored* e de brancos de todos os níveis sociais trabalham por garantir a autenticidade tradicional da cultura afro-brasileira.

Foi nas regiões latino-americanas que as mulheres negras encontraram maior reconhecimento do seu próprio povo e dos senhores. Uma distinta sacerdotisa da Bahia chamou a sua cidade a "Roma Negra", devido à sua autoridade cultural; foi aí que as mulheres negras atingiram o auge de eminência e poder, tanto sob a escravidão como após a emancipação. Controlando os mercados públicos e as sociedades religiosas, também controlaram as suas famílias e manifestaram pouco interesse no casamento oficial, por causa da conseqüente sujeição ao poder do marido. As mulheres conquistaram e mantêm a consideração dos seus adeptos masculinos e femininos pela sua simpatia e equilíbrio, bem como pelas suas capacidades. Não somente não há notícia de rejeição por parte dos homens das atividades das mulheres, como indícios surpreendentes da sua estima pelas matriarcas surgem nos esforços de certos homossexuais passivos em penetrar nos sacerdócios.

Em suma, parece que o favoritismo de fundo sexual dos senhores do Novo Mundo se combinou com os precedentes culturais da África para elevar o *status* das mulheres escravas no Hemisfério Ocidental, em especial nas sociedades de origem católico-mediterrânica, atingindo o auge no Brasil, onde tanto brancos quanto negros mantiveram significativos contatos com a África Ocidental. A tendência se estabeleceu firmemente nas instituições e no pensamento do povo, e assim continua. Contudo, a classe média emergente de *colored* por toda parte se bate conscientemente pelos valores da sociedade dominante, embora certos eruditos acreditem que os celebrados valores populares das mulheres negras do Brasil tenham funcionado insensivelmente para liberalizar a posição social das mulheres brancas brasileiras.